infratróia

RELATÓRIO & CONTAS 2015

infratróia

Índice

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2

A EMPRESA 4

Estrutura, funções e responsabilidade 5

Órgãos Sociais 6

RELATÓRIO DE GESTÃO 7

Atividade da Empresa 8

Indicadores Económico-financeiros 14

Indicadores Operacionais 15

Recursos Humanos 17

Investimentos e Contratação 18

Analise económico-financeira 19

Aplicação de resultados 21

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 22

Balanço 23

Demonstração dos resultados por naturezas 25

Demonstração das alterações no capital próprio 27

Demonstração de fluxos de caixa 30

Anexo 32

RELATÓRIOS E PARECERES 55

Gráfico 1. Satisfação geral com os serviços prestados pela Infratróia 10

Gráfico 1. N.º colaboradores por género 17

Gráfico 2. Antiguidade dos colaboradores 17

Gráfico 3. Faixa etária colaboradores em 2015 17

Gráfico 4. Investimento 18

Gráfico 5. Procedimentos de contratação (€) 18

Gráfico 6. Volume de Negócios 19

Gráfico 7 e 8. Gastos gerais 20

Mensagem da Administração

Terminado o primeiro biénio do mandato desta Administração, é altura de fazermos um balanço do trabalho desenvolvido neste período.

Se em 2014 afirmámos que foi um ano de consolidação da atividade e de preparação para um novo ciclo, este ano de 2015 foi o inicio desse novo ciclo. Foi um ano em que, para além da melhoria generalizada dos indicadores operacionais da Infratróia, a empresa, como um todo, se envolveu num processo de melhoria do serviço prestado aos seus Clientes.

Como suporte e guião desse processo, reafirmámos a nossa Visão de sermos uma organização reconhecida pela excelência na prestação de serviços de qualidade na manutenção e gestão das infraestruturas e espaços públicos ou de uso público e uma referência de gestão público-privada, participando ativamente no desenvolvimento da Península de Troia.

Fizemo-lo apostando na melhoria contínua das nossas equipas e promovendo o desenvolvimento das competências individuais com o objetivo de maximizar o seu desempenho. Promovemos a reorganização administrativa da Infratróia dotando-a de novos meios e processos que nos ajudarão a responder aos desafios que se colocam.

Ao nível operacional, renovámos e iniciámos o processo de reforço das infraestruturas, aumentando a capacidade de resposta da Infratróia, numa área critica, a captação de água. Definimos ainda um conjunto de indicadores operacionais, por área de atividade, que, juntamente com os definidos pela entidade reguladora deste sector - ERSAR - nos permitirão melhorar a qualidade da gestão e guiar a Empresa através dos desafios que temos pela frente.

Foi também um ano de planeamento estratégico. Neste ponto destacamos a conclusão do modelo económico e financeiro para o período 2016-2030, que visa, entre outros objetivos, garantir a sustentabilidade económica da Empresa a longo prazo, nomeadamente quanto aos efeitos do desenvolvimento urbano na sua área de influência, e configurar um quadro referenciador de ordem económica e financeira, para auxílio da gestão a médio e longo prazo.

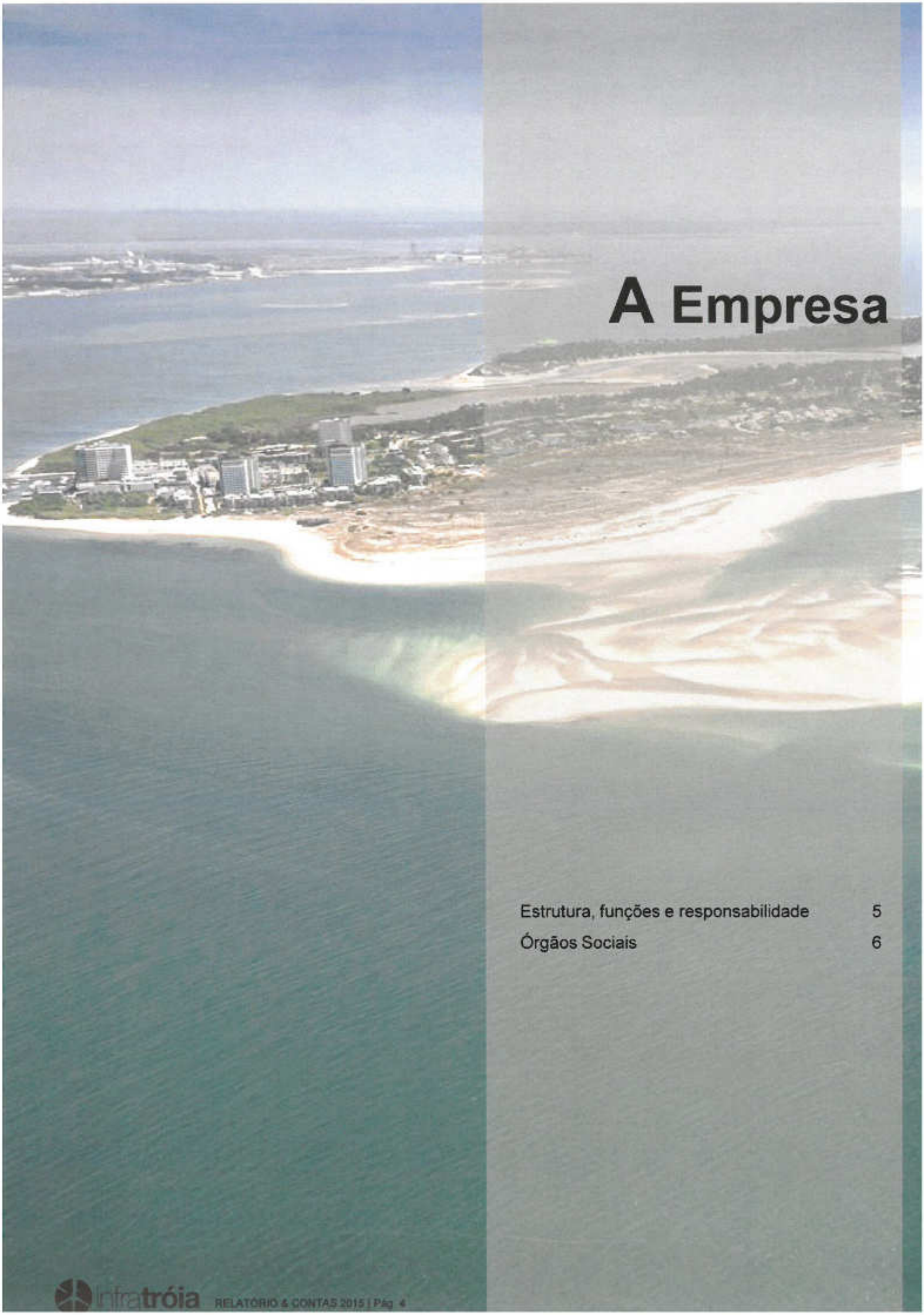
Contribuímos também ativamente, colaborando com outros stakeholders presentes na Península, para a conclusão do Plano Especial de Intervenção da Península de Tróia (PEIPT) que, desde Maio de 2015, integra do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Grândola.

Mensagem da Administração

Queremos desta forma responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de crescimento no futuro, promovendo o uso sustentável dos recursos existentes. Queremos entender os desafios inerentes à gestão da nossa atividade, consolidando as existentes e fomentando novas relações, robustecendo a competitividade da organização. Procuraremos diariamente prestar um serviço de qualidade orientado para o Cliente, num ambiente sustentável baseado em relações de Ética e Confiança, e com Rigor e Competência na tomada de decisões que defendam o interesse dos bens públicos sob sua gestão, dos acionistas e dos seus Clientes

Estes são os nossos desafios e os nossos compromissos para o próximo biénio.

Terminamos, agradecendo a todos os Colaboradores da Infratróia, EM, pela sua dedicação, competência e profissionalismo, e aos restantes membros dos Órgãos Sociais da empresa, designadamente ao Município de Grândola e à Imoareia, SGPS, SA, à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, por toda a colaboração e apoio prestada e que contribuíram para os resultados alcançados no ano de 2015.



A Empresa

Estrutura, funções e responsabilidade 5

Órgãos Sociais 6

Estrutura, funções e responsabilidade

A **Infratróia** é uma empresa do setor empresarial local (SEL), de capitais maioritariamente públicos constituída em 12 de Abril de 2001, detida 74,1% pelo Município de Grândola e 25,9% pela Imoareia SGPS SA.

O objeto social da Infratróia consiste na exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Troia (ADTT), incluindo as atividades de:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

Órgãos sociais

ASSEMBLEIA-GERAL

FERNANDO ANTÓNIO DE OLIVEIRA TRAVASSOS

Presidente

LÍVIA FERNANDES MARTINS

Secretária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO

Presidente

RICARDO MIGUEL DA COSTA

Vogal

JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA

Vogal

FISCAL ÚNICO

PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

JOSÉ PEREIRA ALVES

Relatório de Gestão

Atividade da Empresa 8
Indicadores Económico-financeiros 14
Indicadores Operacionais 15
Recursos Humanos 17
Investimentos e Contratação 18
Analise económica-financeira 19
Aplicação de Resultados 21

Atividade da Empresa

Fatos Relevantes

A Infratróia-infraestruturas de Troia, EM durante o ano de 2015 prosseguiu a consolidação da sua atividade de manutenção e gestão das infraestruturas da área de Desenvolvimento Turístico de Troia, tendo encerrado o ano com um resultado operacional de 181 678 euros e um resultado líquido do exercício de 11 988 euros.

Um dos factos mais importantes para a Infratróia durante o ano de 2015, pela sua dimensão estrutural, foi a aprovação da minuta do Contrato de Gestão delegada pelo Município de Grândola, peça fundamental da gestão da empresa e no seu planeamento estratégico. Como parte integrante deste documento, foi também desenvolvido o modelo económico e financeiro de desenvolvimento futuro Infratróia para o período 2016-2030, tendo os seguintes pressupostos e objetivos:

- manutenção das condições e qualidade do serviço prestado, assegurando a melhoria contínua dos níveis de eficácia e eficiência bem como a redução dos gastos;
- definição das necessidades de novos equipamentos e ferramentas para melhoria da operação e qualidade de resposta;
- planeamento do quadro de pessoal;
- desenvolvimento e implementação das medidas previstas no Plano Especial de Emergência da Península de Troia;
- melhoria dos processos de comunicação e imagem da Infratróia;
- garantir a sustentabilidade económica da Empresa a longo prazo, nomeadamente quanto aos efeitos do desenvolvimento urbano na sua área de influência e dos investimentos necessários;
- assegurar uma política tarifária que garanta a cobertura dos respetivos custos e remuneração dos capitais;
- definir os volumes de investimento a realizar e as necessidades de financiamento;
- avaliar as áreas de risco que condicionam o desenvolvimento futuro da Infratróia;
- informar o "Contrato de Gestão Delegada" e o "Contrato-Programa";
- configurar de um quadro referenciador de ordem económica e financeira, para auxílio da gestão a médio e longo prazo;

Atividade da Empresa

O modelo em causa, na sua componente económica, incluiu não só a empresa no seu todo como também, de forma isolada, cada uma das áreas em que se reparte a sua atividade.

Por último, na sequência da elaboração e apresentação pela Infratróia da analise de riscos coletivos e posteriormente do Plano Especial de Intervenção da Península de Troia (PEIPT), este Plano foi aprovado pela Comissão Municipal de Proteção Civil, em 2015.

Clientes

A Infratróia terminou o ano de 2015 com 1 965 Clientes, um crescimento de 39 clientes face a 2014.

Em 2015, com as obras de ampliação das instalações da Infratróia, foi renovada a área de atendimento aos nossos Clientes.

Entre Agosto e Setembro, foram realizados, pela primeira vez, inquéritos de avaliação de satisfação junto dos nossos Clientes e Utentes da Área de Desenvolvimento Turístico de Troia, os quais revelaram resultados muito positivos.

Este inquérito obteve 342 respostas, e teve como objetivo recolher a avaliação dos utentes aos nossos serviços e identificar áreas de melhoria. Foi utilizada uma escala de 1 a 10, em que 10 equivalia a muito satisfeito e 1 a nada satisfeito.

O nível de avaliação global do nosso serviço foi muito positivo, com a maioria dos nossos Clientes a classificarem o serviço com 8 e 53% das respostas a situarem-se entre 8 e 10.

Destacamos ainda as classificações atribuídas às questões sobre falhas de abastecimento de água, em que a maioria dos Cliente classificaram o serviço com a classificação máxima de 10. Já relativamente à Limpeza Urbana a maioria das respostas atribuíram a classificação 9. Quanto ao aspeto geral dos espaços verdes mais de 40% dos participantes deste inquérito classificaram o serviço como 9 ou 10.

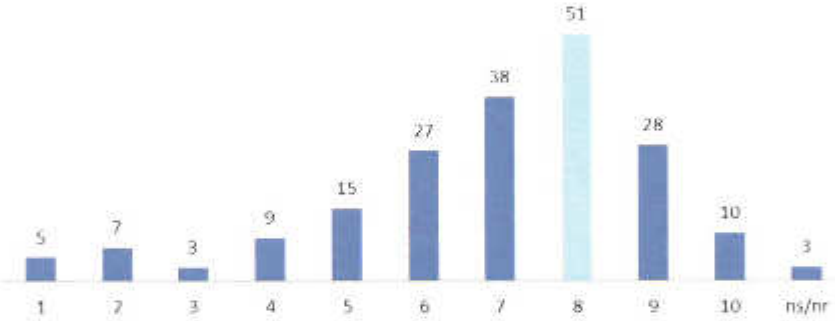
Em 2015, a infratróia procedeu ao encerramento de uma Alameda de modo a responder às expetativas dos utentes de Tróia quanto à necessidade de existência de um espaço urbano com utilização diversificada que permitisse centralizar a circulação pedonal e usufruir da qualidade do ambiente urbano em Tróia. Mais de 54% dos utentes classificaram esta iniciativa entre o 8 e o 10.

Atividade da Empresa

Na comparação sobre os serviços prestados em 2015 face ao ano anterior, a avaliação foi igualmente positiva, com 47% dos utentes a responderem que os serviços prestados este ano são melhores que no ano anterior e 38% a referirem que o nível de serviço foi igual a 2104.

Por último, face ao carácter sazonal da ocupação, questionámos os Clientes e Utentes sobre a sua avaliação comparativa com os serviços prestados na sua área de residência. Registámos, com grande satisfação, que 95% dos Clientes e 75% dos Utentes de Tróia considerou que os serviços prestados pela Infratróia são iguais ou melhores aos serviços prestados na sua área de residência.

Gráfico 1. Satisfação geral com os serviços prestados pela infratróia



Recursos Humanos

Na área de recursos humanos, foram implementadas medidas para a melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, nomeadamente a realização de um levantamento dos riscos biológicos e profissionais das diferentes categorias profissionais e a aquisição de novos equipamentos de proteção individual.

Procedeu-se também à elaboração das medidas de autoproteção para todas as instalações da empresa, bem como, à formação de todos os colaboradores em primeiros socorros e na implementação das medidas de autoproteção identificadas.

Durante o ano de 2015 procedeu-se à renovação da imagem das nossas equipas operacionais, com a aquisição de novas fardas para estes colaboradores.

No âmbito social, realizou-se pela primeira vez em Troia a Festa de Natal para os filhos dos colaboradores.

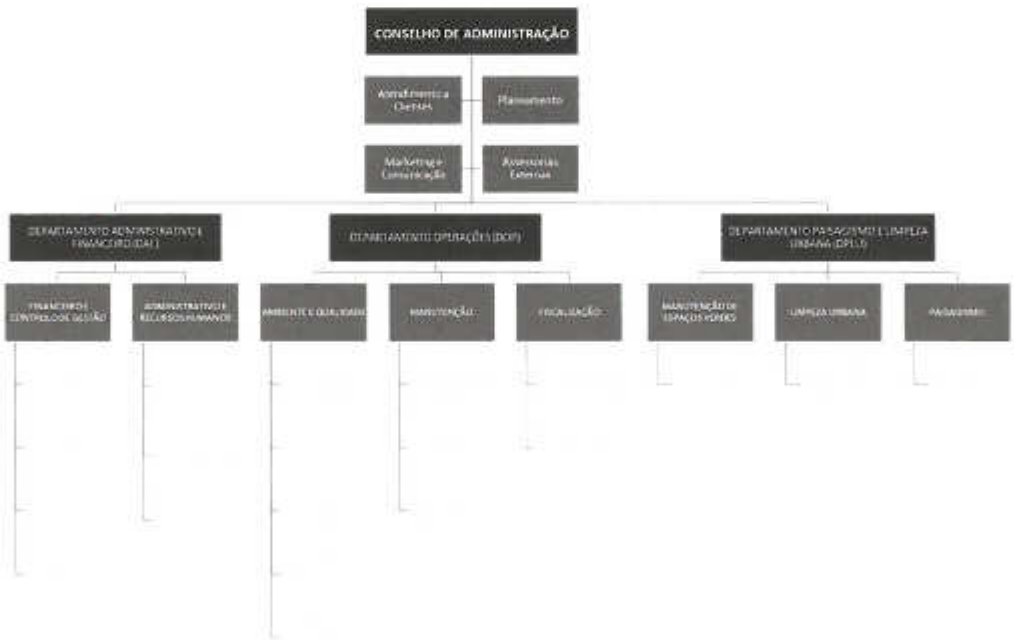
Atividade da Empresa

Foi também este o ano em que, com o esforço e participação de toda a equipa da Infratróia, concluímos a ampliação das nossas instalações e a criação de novas áreas de apoio aos colaboradores.

Modernização Administrativa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Infratróia concluiu mais uma etapa no processo de modernização administrativa e organizacional da empresa que inclui a revisão do organograma que se apresenta de seguida e a dotação dos serviços com um conjunto de ferramentas tecnológicas que irão permitir melhorar a capacidade de resposta aos desafios que temos pela frente.

Esta revisão teve por objetivo ajustar a organização às linhas estratégicas e objetivos operacionais definidos.



Entre as medidas, destacamos a implementação um terminal de ponto, que permitirá aos nossos serviços uma melhoria e automatização dos processos nesta área. Outra área que foi objeto de melhoria foi a custódia do arquivo que incluiu a digitalização dos documentos da Infratróia, o que simplificará o acesso à documentação e permitirá uma melhor gestão do espaço disponível.

Atividade da Empresa

Frota e equipamentos

Durante o ano de 2015 foram adquiridas novas ferramentas e equipamentos para as diversas operações e foi efetuada a revisão da frota automóvel existente, com um investimento total de 63 mil euros. Foi também implementado um sistema para gestão e controlo de frota, com o qual pretendemos uma maior rentabilização das viaturas e um ajuste adequado dos circuitos das operações.

Infraestruturas

Ao nível das infraestruturas, destacamos as intervenções de renovação efetuadas nas captações de água, tendo sido adjudicada a empreitada para a execução de um novo furo de captação, num investimento total de 146 mil euros, tendo estes trabalhos sido precedidos pela selagem da captação desativada, de modo a garantir a inexistência de eventuais contaminações do aquífero.

Em 2015, foram novamente contratados os serviços do IMAR – Instituto do Mar de modo a dispormos de um programa de monitorização da qualidade dos aquíferos de Tróia, permitindo assim um melhor acompanhamento dos possíveis impactes desta atividade e da eficácia das medidas adotadas por esta Empresa.

Ainda neste âmbito, durante ano de 2015 foi executado um novo outro furo, ao abrigo das obras de urbanização de Troia, que será entregue para exploração pela Infratróia durante o ano de 2016.

Procedeu-se ainda à aquisição de novos equipamentos de bombagem de águas e águas residuais para os respetivos sistemas, e de equipamentos para uma melhor monitorização da qualidade da água na rede de distribuição.

Atividade da Empresa

Com este reforço de captações, a infratróia ficará melhor preparada para assegurar o fornecimento de água com qualidade exemplar, respondendo aos picos de procura resultantes da sazonalidade da área de atuação da Infratróia.

No setor dos resíduos, destacamos o reforço da rede de ecopontos das Atlantic Vilas (UNOP2) e da Urbanização de Soltroia com um investimento total de 11 mil euros.

Foram também colocadas novas vedações no furo existente PS3 e no reservatório apoiado da Urbanização de Soltroia, com um investimento de 4 mil euros.

Ainda em 2015, foi contratada uma consultora para a identificação de oportunidades da candidatura de projetos pela Infratróia a fundos comunitários no programa Portugal 2020.

água.

Manutenção de espaços verdes

Relativamente aos espaços verdes, em 2015 foi iniciado um processo de recuperação e requalificação de algumas áreas. Estas intervenções incluíram a substituição de espécies arbustivas e relvados, por soluções alternativas, com uma melhor adaptação ao ambiente de Tróia, com menor necessidade hídrica, e com diminuição das operações de manutenção envolvidas. Em simultâneo foi iniciado um processo de reajuste do sistema de rega com vista à redução do consumo de água.

Indicadores
Económico-financeiros

Informação Operacional	2014	2015	Δ%
Nível atividade (m³ faturados)	490	478	-2%
Nº medio de trabalhadores total	19	19	0%
Receita Casino de Troia (DL 229/2000, de 23 de Setembro)	218	199	-9%
Informação económica e financeira	**2014**	**2015**	**Δ%**
Volume Negocios	883	1 118	27%
Outras Prestações de Serviços	317	280	-12%
Custos com Pessoal	321	330	3%
Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	147	182	24%
Resultado Liquido do exercicio	4	12	200%
Investimento Acumulado	995	1 097	10%
Amortizações Acumuladas	663	812	22%
Dividas de utilizadores	85	123	45%
Ativo Liquido	1 074	1 142	6%
Capital Proprio	556	561	1%
Gastos e Perdas de financiamento	4	3	-25%
Suprimentos e emprestimos de acionistas	0	0	n.a.
Dividas a instituições financeiras	71	50	-30%
Cobertura de gastos totais	**2014**	**2015**	
Abastecimento de Água	1,2	1,3	
Saneamento de Águas Residuais	1,4	1,0	
Residuos Sólidos	0,6	0,9	

Valores em milhares

Desempenho económico e financeiro	Critérios ERSAR Mediano	Critérios ERSAR Bom	Apreciação 2015-2014	2014	2015	Δ%
Margem de Exploração (%)	>15%	>30%	16%	17%	16%	**0**
Autonomia financeira (%)	>10%	>20%	50%	52%	49%	**-3**
Grau de Capitalização (%)	>10%	>20%	223%	222%	224%	**2**
Prazo médio de recebimento	<120d	<60d	38	35	40	**5**
Prazo médio de pagamentos	<120d	<60d	58	47	68	**21**

Margem de Exploração: *EBITDA/Volume de negócios (não inclui a imparidade de clientes)*

Autonomia Financeira: *Capital Próprio/Ativo*

Grau de Capitalização: *Capital Próprio/ Capital Realizado*

Prazo Médio de Recebimento: *Clientes Conta Corrente + Titulos a Receber/Vendas+Prestações de Serviços * 365*

Indicadores Operacionais

Água e Saneamento

1,5
Milhões de m³ de água captada

100 %
de água fornecida segura

0,5
Milhões de m³ de água de rega faturada

+ 26 %
total de água faturada

1
Nova origem de água subterrânea

- 43 %
kW consumido por m³

1 965
Clientes

+ 2 %
Clientes

Resíduos

1 378
Toneladas de resíduos recolhidos

229
Toneladas de Resíduos Verdes

43 438
Quilómetros percorridos

- 7 %
Quilómetros percorridos

+ 5
Novos ecopontos instalados

- 9 %
Gasóleo consumido

Indicadores Operacionais

Espaços Verdes e Limpeza Urbana

129
mil m³ consumidos para rega

- 27 %
m³ consumidos

4
ha de área de relvados

1
ha de área de canteiros

8
ha de área de corredor verde

82
litros de água consumida por m² (média/mês)

Fiscalização de Estacionamento

2
Fiscais de Estacionamento credenciados

+ 10 %
Autos emitidos

89 %
Autos processados

46 %
Autos pagos

380
Atendimentos

81
Respostas a requerimentos

Recursos Humanos

Gráfico 2. N.º colaboradores por género

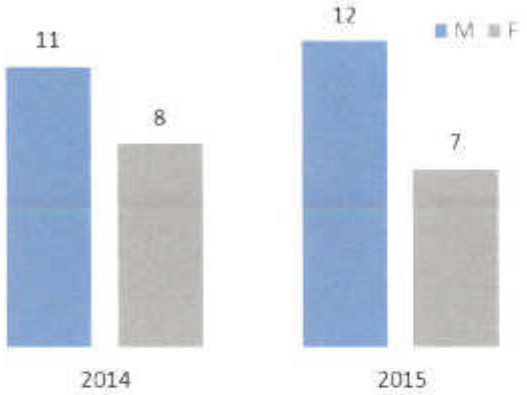


Gráfico 3. Antiguidade dos colaboradores

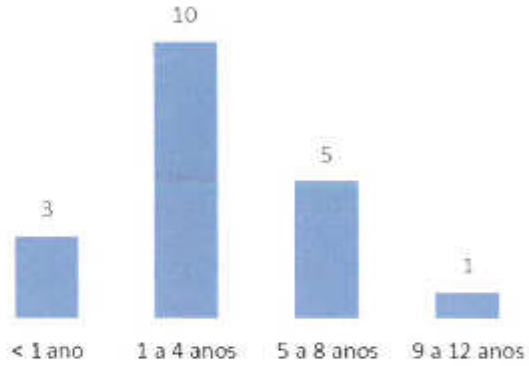
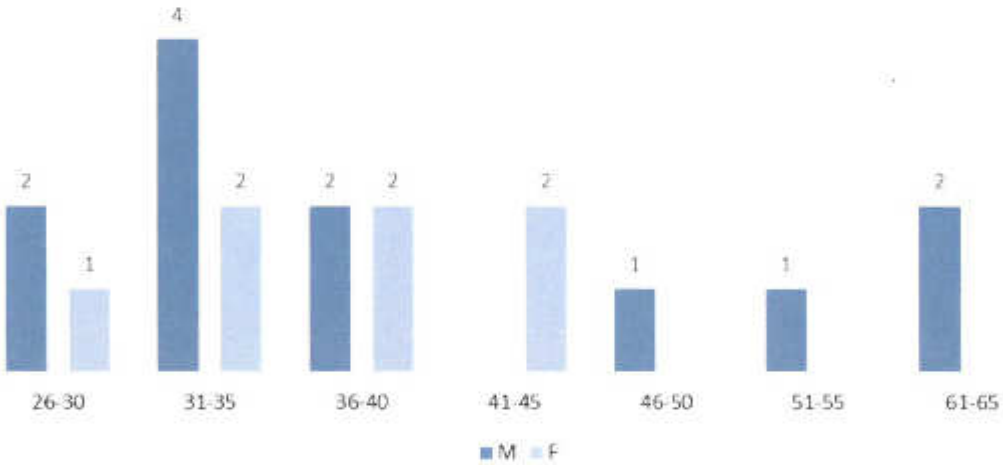


Gráfico 4. Faixa etária dos colaboradores em 2015 (N.º)

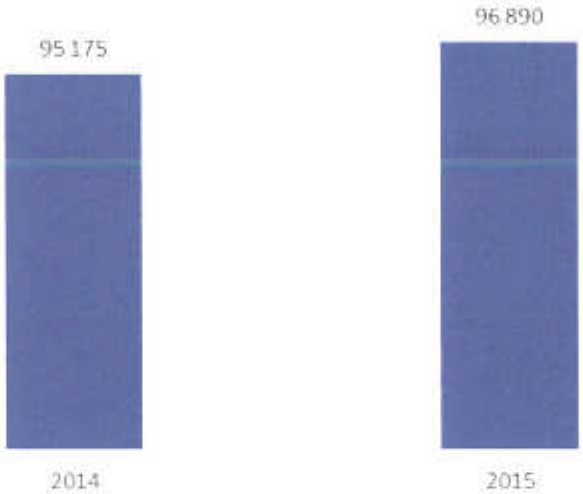


Absentismo	2015	2014	Δ%
Ausência por Acidente de Trabalho (h)	88	22	300%
Ausência por Baixa Médica (h)	72	656	-89%
Ausência por Licença Parental (h)	704	1 776	-60%
Ausência Outros (h)	1 426	296	382%
Total de horas de trabalho	38 608	35 133	10%
Total de horas efetivas trabalhadas (n.º)	**36 318**	**32 383**	12%
Total de horas efetivas trabalhadas (%)	**94%**	**92%**	+2 p.p.

Formação	2015	2014	Δ%
Horas	213	932	-77%
Taxa de cobertura de formação	**58%**	**89%**	

Investimentos e Contratação

Gráfico 5. Investimento (€)



Investimentos 2015	Valor (€)
Edifício e Outras Construções	27 801
Equipamento Administrativo	2 633
Equipamento Básico	42 709
Ferramentas e Utensílios	290
Equipamento de Transporte	23 456
Total	**96 890**

Gráfico 6. Procedimentos de contratação publica (N.º)

Analise Económico-financeira

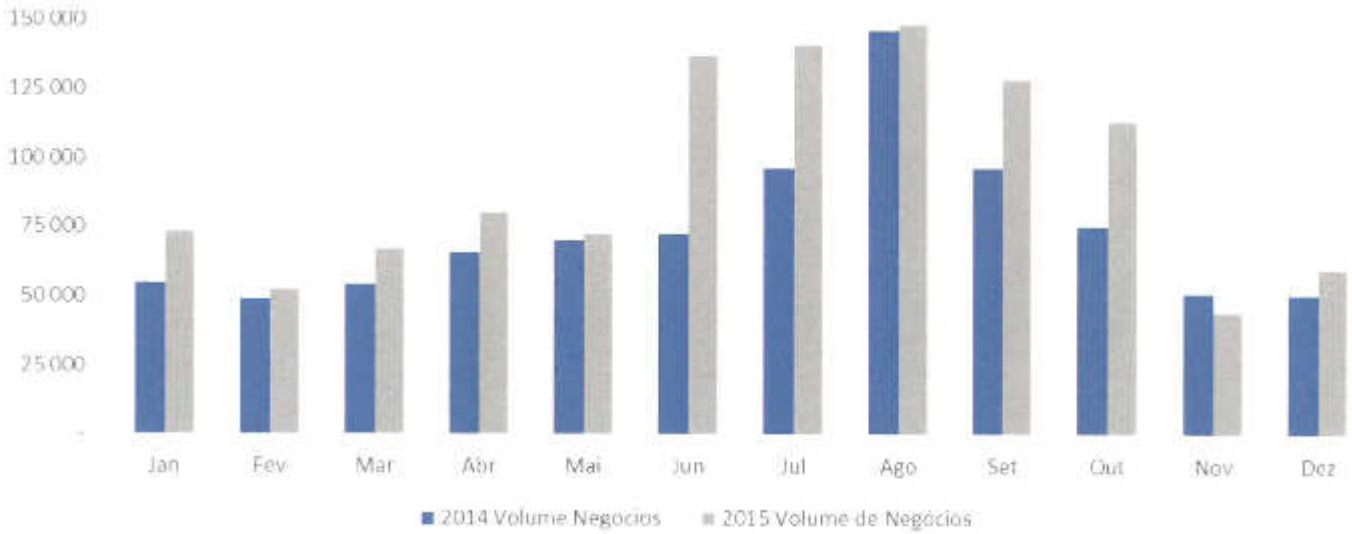
A análise económica e financeira que se apresenta resume os resultados alcançados pela Empresa, em 2015, a qual deve ser complementada com as demonstrações financeiras do exercício, apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Receitas

O aumento de 27% no volume de negócios face a 2014, foi influenciado: i) pelo fato da nova estrutura tarifária ter apenas vigorado durante 5 meses em 2014; ii) por terem ocorrido acertos extraordinários de faturação referentes ao ano anterior; e iii) pela faturação anual de consumos de grandes consumidores ter ficado somente ativa no último trimestre de 2014.

Nas outras prestações de serviços registou-se um decréscimo de 12% face a 2014, devido a uma diminuição de serviços prestados em outras áreas de negócio e à redução de 9% da verba atribuída pela Granosalis a titulo de contrapartida, de acordo com Decreto-Lei nº 229/2000.

Gráfico 7. Volume de negócios 2015 (€)



Analise Económico-financeira

Custos com o Pessoal

A empresa apresentou a 31 de dezembro de 2015 um aumento de 3% face ao ano anterior, devido ao regresso ao serviço de colaboradores que em 2014 se encontravam de licença parental.

Gastos Gerais

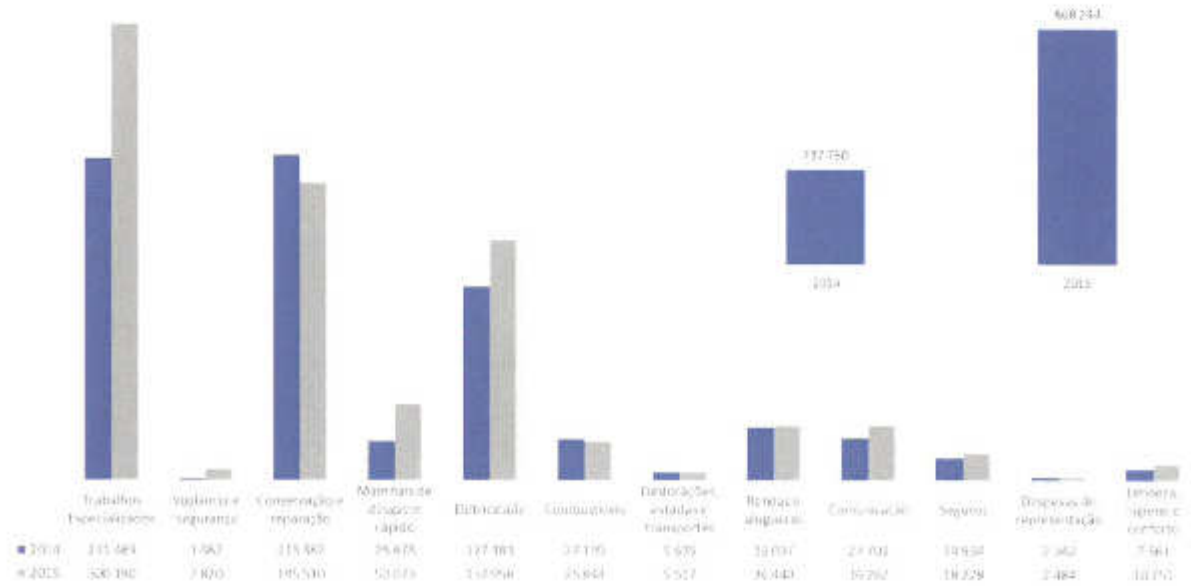
O ano de 2015 foi um ano de aposta na melhoria das condições e infraestruturas da empresa, conforme descrito nos fatos relevantes.

A Infratróia apresentou, a 31 de dezembro de 2015, um aumento de 18% nos gastos gerais face a 2014, associado ao desenvolvimento da atividade regular da empresa, cuja análise comparativa consta nas demonstrações financeiras (pág. 22).

De salientar que em 2015, face às limitações de contratação de pessoal, houve a necessidade de contratação de serviços externos, o que originou um aumento de 42% na rubrica de trabalhos especializados. Na eletricidade, registou-se um aumento de 24% devido à contratualização de novas instalações e ao aumento da atividade, nomeadamente do volume de água captada.

Embora se verifique uma variação significativa nas rubricas associadas à manutenção, em termos globais houve um ligeiro decréscimo destes gastos.

Gráfico 8 e 9. Gastos gerais 2015 face a 2014 por rubrica e totais (€)



Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que o resultado líquido do exercício, no valor de € 11.988 (onze mil novecentos e oitenta e oito euros), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	2.398 Euros
Reserva Estatutária	9.590 Euros

Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2015 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados ou ajustados.

JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO

Presidente do Conselho de Administração

RICARDO MIGUEL DA COSTA

Vogal do Conselho de Administração

JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA

Vogal do Conselho de Administração

Tróia, 17 de Março de 2016

Demonstrações financeiras

Balanço	23
Demonstração dos resultados por naturezas	25
Demonstração das alterações no capital próprio	27
Demonstração de fluxos de caixa	30
Anexo	32

2. Balanço

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31-dez-2015	31-dez-2014
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6 e 7	279.938	331.976
Outros ativos financeiros	9	156	32
Ativos por impostos diferidos	8	-	-
Total do ativo não corrente		280.095	332.009
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	122.578	85.016
Adiantamentos a fornecedores	9 e 13	11.224	16.910
Estado e outros entes públicos	14	29.753	85.993
Outras contas a receber	9	205.173	220.773
Diferimentos	10	20.280	16.901
Caixa e depósitos bancários	4 e 9	472.520	316.638
Total do ativo corrente		861.528	742.232
Total do ativo		1.141.623	1.074.240
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	11	250.000	250.000
Reservas legais	11	39.696	38.857
Outras reservas	11	239.155	238.780
Outras variações no capital próprio	11	20.401	23.832
		549.252	551.468
Resultado líquido do período	8	11.988	4.194
Total do capital próprio		561.241	555.662
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12	20.665	31.989
Passivos por impostos diferidos	8	6.829	7.936
Total do passivo não corrente		27.494	39.925
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	162.569	95.008
Adiantamentos de clientes	13	87	190
Estado e outros entes públicos	14	23.023	9.363
Financiamentos obtidos	12	29.175	38.698
Outras contas a pagar	12 e 13	333.890	329.012
Diferimentos	15	4.144	6.382
Total do passivo corrente		552.888	478.654
Total do passivo		580.382	518.578
Total do capital próprio e do passivo		1.141.623	1.074.240

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3. Demonstração dos resultados por naturezas

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-dez-2015	31-dez-2014
Vendas e serviços prestados	17	1.117.879	882.751
Subsídios à exploração	16	3.581	18.352
Fornecimentos e serviços externos	18	(868.244)	(737.760)
Gastos com o pessoal	19	(330.446)	(320.917)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	2.543	7.072
Outros rendimentos e ganhos	21	280.358	317.941
Outros gastos e perdas	22	(23.993)	(20.183)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		181.678	147.256
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 20	(148.928)	(132.279)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32.751	14.977
Juros e gastos similares suportados	23	(3.480)	(4.336)
Resultado antes de impostos		29.271	10.641
Imposto sobre o rendimento do período	8	(17.282)	(6.448)
Resultado líquido do período		11.988	4.194
Resultado por ação básico	25	0,24	0,08

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

4. Demonstração das alterações no capital próprio

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2015	11	250.000	-	-	-	38.867	238.789	-	-	-	23.532	4.194	555.582
Alterações no período:													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Aplicação Resultado Líquido ano anterior	11							4.194				(4.194)	-
Outras correções	11					829	346	(4.194)					(2.979)
Subsídios/ Impostos diferidos													-
QREN	11										(3.431)		(3.431)
		250.000	-	-	-	39.696	239.135	-	-	-	20.101	0	549.232
Resultado líquido do período												11.988	11.988
Resultado integral												11.988	11.988
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2015		250.000	-	-	-	39.696	239.135	-	-	-	20.101	11.988	561.241

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2014	11	250.000	-	-	-	38.857	257.626	-	-	-	27.263	(18.847)	554.899
Alterações no período:													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Aplicação Resultado Líquido ano anterior	11						17.832	(18.847)				18.847	17.832
Reservas Legais													-
Ajustamentos em ativos financeiros													-
Prestações suplementares													-
Outras correções	11						(35.678)	18.847					(17.832)
Subsídios													-
QREN	11										(3.431)		(3.431)
		250.000				38.857	239.780				23.832		551.468
Resultado líquido do período												4.194	4.194
Resultado integral												4.194	4.194
Operações com detentores de capital no período													-
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2014		250.000	-	-	-	38.857	239.780	-	-	-	23.832	4.194	555.662

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

5. Demonstração de fluxos de caixa

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2015		2014	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		1.227.419		1.040.158	
Pagamentos a fornecedores		(930.905)		(782.131)	
Pagamentos ao pessoal		(304.576)		(302.280)	
Caixa gerada pelas operações		(8.063)		(44.253)	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	14	31.023		163	
Outros recebimentos / pagamentos	4	258.823		227.854	
Fluxos das actividades operacionais [1]			281.784		183.764
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		(71.884)		(94.057)	
Activos intangíveis					
Investimentos financeiros					
Outros activos			(71.884)		(94.057)
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis					
Activos intangíveis					
Investimentos financeiros		-		-	
Outros activos					
Subsídios ao investimento		-		-	
Juros e rendimentos similares					
Dividendos					
Fluxos das actividades de investimento [2]			(71.884)		(94.057)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		180		1.100	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio					
Cobertura de prejuízos					
Doações					
Outras operações de financiamento		-	180		1.100
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		(54.197)		(50.776)	
Juros e gastos similares		(0)		(64)	
Dividendos					
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio					
Outras operações de financiamento			(54.197)		(50.940)
Fluxos das actividades de financiamento [3]			(54.017)		(49.740)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			**155.882**		**39.966**
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus equivalentes no início do período	4		316.638		276.671
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4		472.520		316.638

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

6. Anexo

INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, EM

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, E.M. ("*Empresa*") é uma empresa do setor empresarial local (SEL), de capitais maioritariamente públicos constituída em 12 de Abril de 2001, detida 74,1% pelo Município de Grândola e 25,9% pela Imoareia.

O objeto social da Empresa consiste na exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as atividades de:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº

158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 5

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se os ativos financeiros classificados como "Outros investimentos financeiros".
O montante registado nesta rubrica diz respeito às contribuições da Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT); um fundo de capitalização individual obrigatório, para contratos iniciados a partir de 1 de Outubro 2013 e que visa garantir o pagamento até metade das compensações devidas por cessação de contrato de trabalho.

O justo valor é determinado com base na informação disponibilizada pela entidade gestora do fundo - Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. – que tem como base o montante das entregas feitas e a valorização da conta do empregador, nos últimos 12 meses.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática

(proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos

por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de tesouraria (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 detalha-se conforme se segue:

	2015	2014
Numerário	503	94
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	322.017	141.544
Aplicações de tesouraria	150.000	175.000
	472.520	316.638

O montante de 322.017 Eur na rubrica "Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis" encontra-se repartido pelas seguintes entidades bancárias BPI (112.527 Eur), Banco Santander (100.441 Eur) e Banco Milennium (109.049 Eur).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a empresa procedeu a uma aplicação de tesouraria no montante de 150.000 Eur. A aplicação vence num prazo de 104 dias a uma taxa de juro de 0,4%.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica "Outros recebimentos / pagamentos" inclui, entre outros, recebimentos relativos a reembolsos de IVA, receita do casino de Tróia, subsídios à exploração (IEFP) e pagamentos relativos a impostos (IVA, Retenções na Fonte, IUC), donativos, gastos com correios e comissões bancárias.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2015

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	22.047	658.434	213.628	76.083	23.216	1.410	994.818
Aquisições	27.801	42.709	23.456	2.633	290	-	96.890
Saldo final	49.848	701.143	237.084	78.716	23.506	1.410	1.091.708
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	1.575	444.879	145.646	52.621	18.120	-	662.841
Amortizações do exercício	23.259	57.645	49.952	16.446	1.627	-	148.928
Outras variações						-	-
Saldo final	24.833	502.524	195.598	69.067	19.747	-	811.769
Ativos líquidos	25.015	198.619	41.486	9.649	3.759	1.410	279.938

2014

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	-	621.068	202.652	57.347	17.165	1.410	899.643
Aquisições	22.047	37.366	10.976	18.736	6.051	-	95.175
Saldo final	22.047	658.434	213.628	76.083	23.216	1.410	994.818
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	378.444	105.674	32.760	13.685	-	530.562
Amortizações do exercício	1.575	66.739	39.972	19.774	4.219	-	132.279
Outras variações		(303)	-	87	216	-	-
Saldo final	1.575	444.879	145.646	52.621	18.120	-	662.841
Ativos líquidos	20.472	213.555	67.982	23.461	5.096	1.410	331.976

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes.

As amortizações do exercício, no montante de €148.928 (€132.279 em 2014), foram registadas nas seguintes rubricas:

- Gastos de depreciação e amortização – €148.928 (€132.279 em 2014) (Nota 20).

7 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2015			2014
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento de transporte	237.084	(49.952)	187.132	173.656
	237.084	(49.952)	187.132	173.656

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente acresce da Derrama até à taxa de 1,4% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 22,4%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	11.322	872
Derrama	703	53
Tributação Autónoma	5.257	5.023
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correções de erros	-	-
	17.282	5.948
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias		500
	-	500
Gasto com impostos sobre o rendimento	17.282	6.448

Reconciliação do imposto corrente dos exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Resultado antes impostos	29.271	10.641
Resultado antes impostos com ajustes [A]	29.271	10.641
Variações Patrimoniais	-	(1.887)
Diferenças permanentes:		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	9.162	1.108
Multas, coimas e juros compensatórios	10.965	870
Outros	88	200
Excesso estimativa para impostos	714	(3.899)
[B]	20.928	(3.608)
Diferenças temporárias:		
Imposto diferido	-	-
Constituição/Reversão de perdas por imparidade	-	-
[C]	-	-
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores [D]	(973)	(3.242)
[A]+[B]+[C]+[D]	49.226	3.791
Taxa nominal de imposto	21%	23%
Alteração da taxa de imposto	985	-
[E]	11.322	872
Tributação Autónoma [F]	5.257	5.023
Derrama [G]	703	53
Imposto diferido gerado no exercício [H]	-	500
Gasto com Imposto sobre o Rendimento do Período [E]+[F]+[G]+[H]	17.282	6.448
Taxa efetiva de imposto	59%	61%

Em 2015 a Empresa utilizou o montante de 972,72 Euro referentes a prejuízos fiscais, originários do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2015	2014	2015	2014
Anulação de activos intangíveis	-	-	-	-
Subsídio QREN	-	-	6.829	7.936
	-	-	6.829	7.936

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi como se segue:

	2015		2014	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	-	7.936	500	9.043
Efeito em resultados:				
Anulação de amortizações de ativos intangíveis	-	-	(500)	-
Outros:				
Subsídio QREN - Reconhecimento	-	-	-	-
Subsídio QREN - Imputação	-	(1.107)	-	(1.107)
Saldo final	-	6.829	-	7.936

As movimentações da rubrica de passivos por impostos diferidos, relativas ao subsídio ao investimento recebido (QREN), têm por contrapartida a rubrica "Outras Variações no capital próprio" (vide nota 11).

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

9 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são detalhadas conforme se segue:

	2015			2014		
ATIVOS FINANCEIROS	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo:						
Disponibilidades:						
Caixa	503	-	503	94	-	94
Depósitos bancários	472.017	-	472.017	316.544	-	316.544
	472.520	-	472.520	316.638	-	316.638
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) [a]	156	-	156	32	-	32
	156	-	156	32	-	32
Outros Ativos financeiros:						
Clientes	237.344	(114.767)	122.578	202.326	(117.310)	85.016
Adiantamentos a fornecedores	11.224	-	11.224	16.910	-	16.910
Outras contas a receber	205.173	-	205.173	220.773	-	220.773
	453.742	(114.767)	338.975	440.009	(117.310)	322.699
	926.418	(114.767)	811.651	756.679	(117.310)	639.369

[a] – O FCT é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, aplicável a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. O valor da contribuição da entidade empregadora é de 0,925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido.

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	237.344	(114.767)	122.578	202.326	(117.310)	85.016
Adiantamento a fornecedores	11.224	-	11.224	16.910	-	16.910
Outras contas a receber:						
Outros devedores	3.648	-	3.648	6.253	-	6.253
Cauções	25	-	25	20	-	20
Devedores por acréscimo de rendimentos [A]	201.500	-	201.500	214.500	-	214.500
	205.173	-	205.173	220.773	-	220.773
	453.742	(114.767)	338.975	440.009	(117.310)	322.699

[A] Esta rubrica inclui os rendimentos referentes à receita do casino de Tróia e a faturação a emitir relativa a manutenção de espaços verdes.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de € 2.543,43 (€ 7.072,16 em 2014).

10 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	1.732	1.732
Conservação e reparação	1.638	-
Trabalhos especializados	877	-
Seguros	13.652	12.513
Informática	2.231	2.521
Outros	150	136
	20.280	16.901

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não ocorreram movimentos no número de ações em circulação e as mesmas são detidas pelas seguintes entidades:

	2015	2014
Entidade		
Câmara Municipal de Grândola	74,10%	74,10%
Imoareia - Investimentos Turísticos, SGPS	25,90%	25,90%
	100%	100%

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2015 a reserva legal ascendia a € 39.696.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as outras reservas apresentaram ainda o seguinte movimento:

	Reserva estatutária	Reserva Ajust. Conversão	Total outras reservas
Saldo a 01-12-2014	264.562	(6.935)	257.626
Aplicação de resultados	17.832	-	17.832
Outras correções	(36.678)	-	(36.678)
Saldo a 31-12-2014	245.715	(6.935)	238.780
Aplicação de resultados	376	-	376
Saldo a 31-12-2015	246.091	(6.935)	239.155

O montante registado na rubrica "Reserva Ajust. Conversão" refere-se na sua totalidade, aos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras do referencial contabilístico "POC" para "NCRF".

O montante inscrito na rubrica "Outras Correções" decorre de ajustamentos efetuados no âmbito da Inspeção por parte da Autoridade Tributária de que a empresa foi alvo, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Reserva Estatutária: É constituída para obedecer aos estatutos da empresa. A Infratróia constituiu uma reserva de investimento, cujo quantitativo anual será igual ao resultado líquido do período, deduzido da reserva legal. A reserva de investimento terá a utilização que lhe for fixada em Assembleia Geral, no que respeita ao ano findo em 31 de dezembro de 2014 a reserva legal foi constituída pelo montante de 839 Eur e a reserva estatutária no montante de 3.355 Eur.

Outras variações no capital próprio

Os valores inscritos na rubrica "Outras variações no capital próprio" são referentes ao subsídio ao investimento (Passadiço – UNOP 2), recebido ao abrigo do programa QREN, e impacto do respetivo imposto diferido.

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica apresentava a seguinte variação:

	Subsídio QREN	Subsídio QREN (Imposto diferido)	Total Subsídios
Quantia em 01-01-2015	31.768	(7.936)	23.832
Imputação (Nota 21)	(4.538)	1.107	(3.431)
Quantia em 31-12-2015	27.230	(6.829)	20.401

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	162.569	95.008
	162.569	95.008
Outras contas a pagar		
Outras operações com o pessoal	15	15
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	15.954	20.888
Credores por acréscimo de gastos:		
- Remunerações a liquidar	41.417	36.915
- Outros serviços	209.851	210.430
Outras dívidas a terceiros	66.653	60.763
	333.890	329.012
	496.458	424.020

A rubrica "Outros serviços" presente no quadro anterior, inclui entre outros, gastos relativos a Conservação e reparação (124.771 Eur) e Trabalhos especializados (77.669 Eur).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2015 Montante utilizado Corrente	2015 Montante utilizado Não corrente	2014 Montante utilizado Corrente	2014 Montante utilizado Não corrente	Vencimento	Tipo de amortização	Taxa média juro
Instituições financeiras:								
Outros empréstimos obtidos:								
Contrato leasing (nº 400102572)	Millennium BCP	19.554	-	30.587	19.559	mai-16	Mensal	7,38%
Contrato leasing (nº 199282)	Santander Totta	3.968	9.196	8.112	12.430	mar-17	Mensal	7,01%
Contrato leasing (nº 207767)	Santander Totta	5.653	11.469	-	-	fev-19	Mensal	2,38%
		29.175	20.665	38.698	31.989			
Total instituições financeiras		29.175	20.665	38.698	31.989			

Estes financiamentos relacionam-se com os ativos referidos na nota 7.

13 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as rubricas "Adiantamentos de clientes", "Adiantamentos a fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Adiantamentos de clientes		
Corrente	87	190
	87	190
Adiantamentos a fornecedores		
Corrente	11.224	16.910
	11.224	16.910
Outras contas a pagar		
Outras operações com o pessoal	15	15
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	15.954	20.888
Credores por acréscimo de gastos:		
- Remunerações a liquidar	41.417	36.915
- Outros serviços	209.851	210.430
Outras dívidas a terceiros	66.653	60.763
	333.890	329.012

A rubrica "Outros serviços" presente no quadro anterior inclui entre outros, gastos relativos a Conservação e reparação (124.771 Eur) e Trabalhos especializados (77.669 Eur).

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	-	-	4.329	-
Estimativa de imposto	-	17.282	23.505	-
Retenção na Fonte	-	(3.684)	3.903	-
Retenção de impostos sobre rendimentos				
Retenções efetuadas a terceiros	-	2.403	-	2.926
Imposto sobre o valor acrescentado	29.753	-	54.256	-
Contribuições para a Segurança Social	-	6.993	-	6.427
Outras tributações	-	29	-	10
	29.753	23.023	85.993	9.363

Não existem dívidas incluídas na rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora.

15 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Edifícios	2.807	2.801
Subsídios - IEFP	-	3.581
Faturação Fluidos	1.078	-
Manutenção Infraestruturas	259	-
	4.144	6.382

16 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

O subsídio reconhecido pela empresa a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015				2014		
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Montante total	Montante recebido	Montante por receber
Subsídios à exploração:							
Subsídio IEFP - Estágio	4.320	4.278	43	3.581	20.431	16.111	4.320
	4.320	4.278	43	3.581	20.431	16.111	4.320
Subsídios ao investimento:							
QREN - Passadiço UNOP 2 (Nota 21)	11.346	-	11.346	4.538	11.346	-	11.346
	11.346	-	11.346	4.538	11.346	-	11.346

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Venda de bens	-	-
Prestação de serviços	1.117.879	882.751
	1.117.879	882.751

O montante referente à rubrica de "Prestações de Serviços" inclui as receitas com a Venda de Água (663.384 Eur), com saneamento (160.947 Eur) e relativas à recolha de resíduos sólidos (293.549 Eur).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Trabalhos especializados	300.190	211.483
Publicidade e propaganda	3.052	962
Vigilância e segurança	7.820	1.087
Honorários	5.945	4.206
Conservação e reparação	195.510	213.387
Serviços bancários	6.115	7.446
Patrocínios	181	19.679
Materiais	50.073	25.878
Eletricidade	157.958	127.483
Combustíveis	25.844	27.139
Outros fluídos	419	309
Deslocações, estadas e transportes	5.517	5.635
Rendas e alugueres	36.440	35.037
Comunicação	36.262	27.703
Seguros	18.228	14.934
Contencioso e notariado	4.165	4.086
Despesas de representação	2.484	2.342
Limpeza, higiene e conforto	10.751	7.561
Outros	1.290	1.403
	868.244	737.760

A rubrica "Trabalhos especializados" inclui, entre outros, gastos com Auditores (2.023 Eur), Contabilistas (37.407 Eur), Trabalho temporário na manutenção de espaços verdes (115.530 Eur), Advogados (23.349 Eur), Tratamento de resíduos (61.511 Eur), Assistência informática (22.511 Eur).

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações dos orgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	254.374	255.081
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	54.549	53.971
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.456	1.295
Gastos de ação social	6.096	5.785
Outros	13.971	4.785
	330.446	320.917

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o número médio de colaboradores foi de 18.
O montante referente à rubrica "Outros" inclui gastos com fardamentos (8.550 Eur), com seguros de saúde (2.915 Eur), com medicina no trabalho (1.552 Eur) e gastos com despesas de cafetaria (954 Eur).

20 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	148.928	132.279
	148.928	132.279

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	274.410	296.201
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	9.300
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	196	1.365
Excesso da estimativa para impostos	-	3.899
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 11)	4.538	4.538
Juros obtidos - Depósitos bancários	180	1.100
Juros de Mora	791	806
Outros rendimentos e ganhos	243	732
	280.358	317.941

A rubrica "Outros rendimentos suplementares" inclui, entre outros, rendimentos relativos a receita do Casino de Tróia, rendas de edifícios, comissões, limpeza de praias e fiscalização de trânsito.

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Impostos		
Impostos indirectos	416	691
Taxas	451	185
Outros:		
Donativos	2.439	17.000
Multas	10.807	805
Insuficiência da estimativa para impostos	714	
Outros gastos e perdas	9.166	1.501
	23.993	20.183

A rubrica "Outros gastos e perdas" inclui, entre outros, gastos relativos a correções de exercícios anteriores (9.161 Eur).

23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015		2014	
Juros suportados				
Juros de Mora	202		78	
Locações financeiras	3.278	3.480	4.258	4.336
		3.480		4.336

24 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Gastos		Rendimentos	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Partes relacionadas - Grupo Sonae	55.007	86.948	355.353	270.524
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	55.007	86.948	355.353	270.524

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Partes relacionadas - Grupo Sonae	81.174	46.653	5.199	28.472
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	81.174	46.653	5.199	28.472

25 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2015	2014
Resultado líquido do período	11.988	4.194
Número médio ponderado de ações em circulação	50.000	50.000
Resultado por ação básico	0,24	0,08

26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2015 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados ou ajustados.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

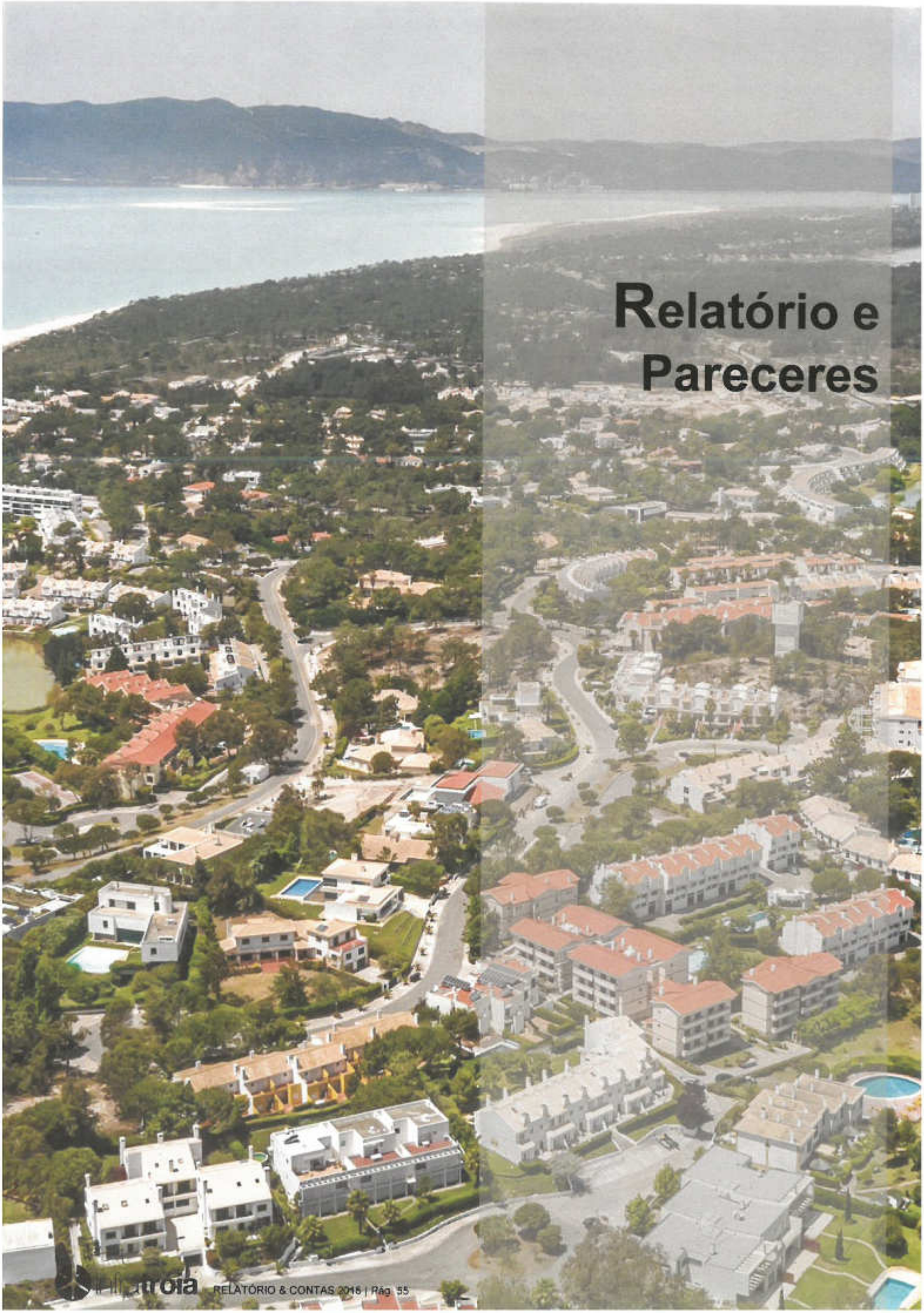
(Carla Ribeiro dos Santos Casquinha)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(José Aníbal Gomes Ferro de Carvalho)

(Ricardo Miguel da Costa)

(João Pedro Pereira Nunes Madeira)



Relatório e Pareceres

pwc

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados,

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º 1069-316 Lisboa, Portugal

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contatámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

pwc

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.141.623 euros e um total de capital próprio de 561.241 euros, incluindo um resultado líquido de 11.988 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros de PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Opinião

7 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8 A Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2014, que emitimos em 21 de abril de 2015, incluía uma reserva por desacordo pelo facto de em 31 de dezembro de 2014 a Empresa ter registado em Resultados Transitados alterações de estimativa no valor de cerca 122 milhares de euros que deveriam ter sido considerados no Resultado do exercício. Esta situação não tem impacto nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015, pelo que a referida reserva foi removida.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

29 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.